

# Clipping CARF

Matérias de jornais, revistas, sites e blogs que mencionam o CARF

Valor Econômico

## Juíza deixa caso Zelotes depois de ação da PF

Valor Econômico - 05/11/2015

Maíra Magro

Uma semana depois de autorizar a Polícia Federal a fazer busca e apreensão de documentos na sede das empresas de um dos filhos do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, dando novos contornos à Operação Zelotes, a juíza federal substituta Célia Regina Ody Bernardes deixou ontem o caso. O inquérito foi reassumido pelo juiz Vallisney de Souza Oliveira, que retornou ontem mesmo ao cargo de titular da 10ª Vara da Justiça Federal do DF após passar um ano como auxiliar do ministro Napoleão Nunes Maia Filho, do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Oliveira disse ao Valor que decidiu voltar à 10ª Vara por ser o juiz titular e descartou qualquer ingerência política nessa movimentação. "Resolvi voltar. Não vim direcionado e vou manter minha independência. Reassumi esse [o inquérito da Zelotes] e outros 2 mil processos. Como juiz natural, tenho o dever de ficar nele."

A atuação de Célia Regina à frente da Zelotes era muito elogiada por procuradores e policiais, que no começo da operação reclamavam de dificuldades em obter autorizações judiciais para avançar nas investigações. Os questionamentos se dirigiam especificamente ao juiz Ricardo Leite, substituto da 10ª Vara, que assumiu inicialmente a Zelotes após a convocação de Oliveira para o STJ.

Célia Regina só foi designada para atuar na Zelotes em setembro. A partir daí ela ficou responsável pelo acervo do juiz titular, até então acumulado nas mãos de Leite, que já tinha seus processos próprios como substituto. Bastou um breve período para que Célia Regina fosse comparada ao juiz Sérgio Moro, responsável pela Operação Lava-Jato em Curitiba. Em linha oposta ao juiz anterior, ela determinou as primeiras prisões de advogados e lobistas acusados de manipular decisões do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), alvo da Zelotes. O mesmo despacho autorizou o pedido de procuradores para fazer busca e apreensão na sede da LFT Marketing Esportivo e outras duas empresas de Luiz Cláudio Lula da Silva, um dos filhos de Lula. Cumpridas as diligências, a juíza retirou o sigilo da operação.

Ontem de manhã, após tomar conhecimento de que Oliveira reassumiria a 10ª Vara, procuradores da força-tarefa da Zelotes entraram com uma ação de exceção de suspeição pedindo oficialmente que Ricardo Leite não atue mais na Zelotes.

Os procuradores acusam o juiz de não ter a imparcialidade necessária para analisar os

procedimentos requeridos pelo Ministério Público e a Polícia Federal. Citam que, em mais de uma oportunidade, o juiz teria negado solicitações importantes. Em outubro, por exemplo, Leite rejeitou pedido do Ministério Público de enviar ao Supremo Tribunal Federal (STF) um relatório citando suposto envolvimento do ministro Augusto Nardes, do Tribunal de Contas da União (TCU), no recebimento de propina de empresa investigada pela Zelotes. O juiz considerou que não havia indícios de participação do ministro no esquema. Mas o Ministério Público entrou com recurso, insistindo que haveria elementos indicando a participação de Nardes.

O caso só foi remetido ao Supremo depois que Célia Regina tomou as rédeas da Zelotes. Para ela, os dados mencionando Nardes não poderiam continuar na primeira instância sob pena de usurpação da competência do STF.

Procuradores também reclamaram que, em outra ocasião, Leite rejeitou uma busca e apreensão, só autorizada depois mediante recurso ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1).

Ontem, a assessoria de imprensa do TRF-1 divulgou nota atribuindo o retorno de Oliveira à 10ª Vara ao término de sua convocação para atuar no STJ. Segundo a nota, Célia Regina havia sido designada para substituir o titular e, com seu retorno, foi direcionada à 21ª Vara Federal do DF. A realocação de Oliveira foi determinada por despacho do presidente do TRF-1, Cândido Ribeiro, emitido na terça-feira à noite. Oliveira afirmou ao Valor que, durante parte do período em que esteve fora, Célia Regina assumiu o acervo dos processos do juiz titular. Por isso, com seu retorno, todos os procedimentos retornam às suas mãos. "A juíza Célia Regina deu uma boa contribuição, os outros juízes que atuaram no caso também. Vou atuar tecnicamente e com a mesma independência", assegurou.

Luis Cláudio Lula da Silva, filho de Lula, prestou depoimento ontem à Polícia Federal, em Brasília. Segundo nota do advogado Cristiano Zanin Martins, Luis Cláudio disse que sua empresa, a LFT, prestou serviços à Marcondes e Mautoni em 2014 e 2015 e recebeu "os valores que foram contratados". No depoimento, de acordo com o advogado, o filho de Lula afirmou ter experiência na área esportiva, fruto da passagem por quatro clubes de futebol do Estado de São Paulo (São Paulo, Palmeiras, Santos e Corinthians), da prestação de serviços de marketing esportivo ao Corinthians e por ser há quatro anos o organizador de um campeonato nacional de futebol americano.

Luis Cláudio está sendo investigado pela suspeita de que tenha sido beneficiado por repasses da Marcondes e Mautoni à LFT Marketing Esportivo decorrentes da suposta venda de medida provisória que beneficiou montadoras de automóveis.

O Estado de S.Paulo

## **Filho de Lula presta depoimento à polícia**

O Estado de S. Paulo - 05/11/2015

*Segundo seu advogado, Luís Cláudio foi de maneira espontânea até Brasília, onde foi ouvido em inquérito que apura suposta compra de MP*

O empresário Luís Cláudio Lula da Silva, filho do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, declarou ontem, à Polícia Federal, que prestou serviços à Marcondes e Mautoni nos anos de 2014 e 2015 e, por isso, recebeu "os valores que foram contratados". A Marcondes e Mautoni está sob suspeita de compra de Medidas Provisórias para favorecer o setor automotivo.

A Marcondes & Mautoni Empreendimentos fez repasses à LFT Marketing Esportivo, aberta em março de 2011 por Luís Cláudio, que teria recebido R\$ 2.4 milhões. O filho do ex-presidente é alvo da Operação Zelotes, que apura esquema de corrupção no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), órgão vinculado ao Ministério da Fazenda.

Na semana passada, a Polícia Federal intimou o filho de Lula para depor no inquérito. O depoimento ocorreria na sede da PF em São Paulo, mas ontem Luís Cláudio foi a Brasília e prestou esclarecimentos diretamente ao delegado de Polícia Federal Marlon Cajado, que preside o inquérito policial.

"Know how". Segundo o advogado Cristiano Zanin Martins, que defende o empresário, Luís Cláudio reafirmou ontem ao delegado da Polícia Federal "seu know how na área esportiva, fruto da passagem por quatro clubes de futebol do Estado de São Paulo (São Paulo, Palmeiras, Santos e Corinthians)".

O filho do ex-presidente, de acordo com o advogado, esclareceu à PF detalhes da "prestação de serviços de marketing esportivo ao Corinthians e, ainda, por ser há quatro anos o organizador de um campeonato nacional de futebol americano".

Luís Cláudio já havia informado ao Estado que recebeu os R\$ 2.4 milhões, entre 2014 e 2015, por um projeto desenvolvido em sua área de atuação, o "esporte". Mas o filho do ex-presidente não havia detalhado quais serviços prestou.

Buscas. Semana passada, a PF fez buscas na sede de empresas de Luís Cláudio em São Paulo, por ordem da juíza Célia Regina Ody Bernardes, da 10.ª Vara Criminal Federal em Brasília. Na ocasião, a PF prendeu lobistas acusados de "comprar" medidas provisórias que favoreceram montadoras de veículos, editadas entre 2009 e 2013 nos governos Lula e Dilma Rousseff.

O ex-ministro Gilberto Carvalho, chefe de gabinete da Presidência entre 2003 e 2010 e ministro da Secretaria-Geral entre 2011 e 2014, prestou depoimento por suspeita de "conluio". Carvalho negou ter agido em "conluio" com os suspeitos da compra da MP.

## Barraco ronda a Zelotes

O Globo - 05/11/2015

*Juiz substituto e procuradores trocam acusações e ingressam com queixa-crime e pedido de suspeição; juiz titular reassume posto e diz que 'não houve pressão'*

Jailton de Carvalho e Júnia Gama

A 10ª Vara Federal, base das investigações sobre 70 bancos e empresas, entre elas três de um dos filhos do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, tem sido palco de uma guerra jurídica sem precedentes entre o juiz Ricardo Leite e o procurador Frederico Paiva, duas autoridades centrais na primeira fase da chamada Operação Zelotes. No início do mês passado, Ricardo Leite, substituto da 10ª Vara, ingressou com uma queixa-crime por calúnia contra Paiva, coordenador da força-tarefa encarregada das investigações da Zelotes. Ontem, dois procuradores da força-tarefa entraram com um pedido de exceção de suspeição para que o juiz se abstenha de atuar em qualquer caso da Zelotes.

Na queixa-crime, o juiz acusa o procurador de tentar inflar investigações sobre bancos e grandes empresas suspeitas de fraudes no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) e de poupar o PT. Ele argumenta ainda que este teria sido um dos motivos que levaram o procurador a pedir a saída do magistrado da Zelotes. No início da operação, Leite rejeitou pedidos de prisão de advogados e lobistas suspeito de manipular decisões do Carf e, para o procurador, teria com isso esvaziado a investigação mais importante no país desde o início da Lava-Jato.

"Neste contexto, o interesse precípua do querelado (procurador) foi afastar o querelante (juiz) da função jurisdicional da Operação Zelotes, a fim de direcioná-la politicamente, na tentativa de contrapô-la à Lava-Jato, amenizando, em última análise, sua repercussão negativa sobre o Partido dos Trabalhadores", acusa o juiz. Segundo ele, antes de assumir o cargo de procurador, Paiva "serviu em cargo de confiança, na qualidade de assessor do ministro do Trabalho e Emprego à época (2004) ninguém menos que Ricardo Berzoini (PT-MG), conhecido por suas táticas difamatórias submundanas".

Na queixa-crime, o juiz descreve suposta articulação do procurador e parlamentares do PT para ampliar a repercussão da Zelotes e, com isso, forçá-lo a endossar medidas invasivas como autorização para escutas telefônicas e prisões preventivas dos investigados como tem feito o juiz Sérgio Moro, na Lava-Jato. Num contra-ataque, dois procuradores encaminharam ontem a Leite um pedido de exceção de suspeição para que ele se abstenha de atuar em qualquer um dos inquéritos da Zelotes. Segundo dados da Justiça, a investigação já resultou em mais de 10 inquéritos.

No pedido de suspeição, os procuradores acusam o juiz de "adotar decisões que atrasaram muito o trabalho de apuração, prejudicando a colheita de provas ante o princípio da oportunidade". Segundo eles, as ordens do juiz "foram todas, até a ocasião, revertidas, mas

com grande prejuízo à investigação em razão do lapso demandado na instrução, análise e julgamento dos recursos cabíveis". Caberá ao próprio juiz decidir se acolhe ou não o pedido dos procuradores. Ricardo Leite atuou numa das fases mais importantes. Coube a ele rejeitar pedidos de prisão de advogados e lobistas, no início da operação, ano passado.

Os problemas na seara da Zelotes não param por aí. A juíza Célia Regina Ody Bernardes, que assumiu o comando da Zelotes mês passado e deu novo fôlego ao autorizar busca e apreensão na sede de três empresas de Luis Claudio, não está mais à frente do caso. Depois de passar um ano no Superior Tribunal de Justiça (STJ), o juiz Vallisney de Souza Oliveira, titular da 10ª Vara Federal, voltou ontem e reassumiu os processos.

Numa entrevista ao GLOBO, o juiz disse que o retorno dele nada tem a ver com a Zelotes. Vallisney argumentou que o prazo de trabalho dele no STJ expirou ontem e, como não houve reconvocação, ele reassumiu a 10ª Vara, onde é titular há seis anos.

- Meu trabalho no STJ acabou e eu estou retornando às minhas atividades aqui na 10ª Vara. Não voltei causa desse processo (Zelotes) e nem por causa de nenhum outro. A vara tem mais de dois mil processos. Também quero dizer que não houve pressão de ninguém.

O Globo On line

## **Em depoimento confuso à CPI do Carf, preso na Zelotes nega crimes**

05/11/2015

### ***Halysson Carvalho é acusado de ter praticado extorsão contra envolvidos no esquema***

BRASÍLIA - Em um depoimento de pouco mais de uma hora à CPI do Carf, Halysson Carvalho negou envolvimento em irregularidades na Operação Zelotes, mas trouxe mais dúvidas que certezas aos senadores ao dizer "não lembrar" de uma viagem que admite ter feito a São Paulo e que foi paga por um dos lobistas do esquema.

Halysson foi preso na semana passada porque a PF atribuiu a ele uma tentativa de extorsão. A base é um e-mail cobrando pagamentos de forma veemente e ameaçando denunciar o esquema. A PF afirma que Halysson teria enviado o e-mail e chegou até ele ao verificar a relação de pessoas próximas.

À CPI, ele negou ser dono do e-mail do qual foi enviada a ameaça. Afirma não conhecer as pessoas envolvidas no esquema, como os lobistas Alexandre Paes do Santos, o APS, e Mauro Marcondes. Contou que na prisão Marcondes disse se lembrar dele de encontros que teriam ocorridos em 2010, mas Halysson disse não se recordar. Ele afirmou não saber nem sequer o que significa Carf e que não teriam como ter atuado no Conselho ou na compra de medidas provisórias, outro foco da investigação.

- De fato eu não sei o que se refere. Não sou ninguém para ter atuação - afirmou.

Ele contou aos senadores que tem uma pequena distribuidora de bebidas em Teresina (PI), além de trabalhar com eventos. Afirmou ter trabalhado no gabinete

do ex-deputado Frank Aguiar (PTB-SP) e na Fundação Cultural do Piauí, vinculada ao governo do estado. Candidato a deputado federal em 2010 pelo PMDB diz que disputou apenas para formar chapa e que saiu da eleição com dívidas.

Os senadores começaram a questioná-lo com mais veemência quando Halysson, que tentava demonstrar inocência e simplicidade, passou a responder repetidamente com a expressão "não me lembro" ao ser perguntado de uma viagem que fez em outubro de 2010 a São Paulo e foi paga pelo lobista APS. Confirmou ter ido a São Paulo, mas disse não lembrar do que foi fazer, onde ficou e, principalmente, quem pagou a passagem. "Lembrou" apenas que não levou qualquer bagagem.

O súbito esquecimento levantou dúvida entre os senadores. A relatora, Vanessa Graziotin (PC do B-AM) que até então vinha demonstrando solidariedade a Halysson ficou intrigada.

- Ou o senhor é uma pessoa muito esperta ou estão lhe confundindo com outra pessoa - afirmou a senadora.

O presidente da CPI, Ataídes Oliveira (PSDB-TO), também não acreditou nas respostas do acusado. Observou que ele já foi condenado em primeira instância em um processo relativo aos Correios. Halysson diz que se tratou apenas de um problema no pagamento pela estatal para uma empresa que teve no passado.

O senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) foi além. Para ele, Halysson está mentindo para encobrir outros envolvidos no esquema.

- Com essa atitude vai passar muito tempo na cadeia. Suas palavras não correspondem aos fatos, sobre e-mail. Quem não viaja frequentemente, como o senhor diz, deve lembrar do que foi fazer - afirmou Randolfe.

Antes de Halysson, a CPI recebeu Eduardo Valadão, lobista que também foi preso. Ele veio com um habeas corpus preventivo concedido pela ministra Carmem Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF), e se recusou a responder os questionamentos dos senadores

Zero Hora On Line

## **CPI do Carf rejeita por unanimidade convocação de filho de Lula e ex-ministros**

05/11/2015

### ***Sessão teve apenas a presença de senadores da base governista***

Com presença em peso na CPI que investiga fraudes no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), senadores da base governista conseguiram rejeitar por unanimidade a convocação dos ex-ministros Erenice Guerra e Gilberto Carvalho, além de Luís Cláudio Lula da Silva, filho do ex-presidente Lula.

Os requerimentos, de autoria do senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO), foram anunciados após a deflagração da terceira fase da Operação Zelotes, da Polícia Federal, que apontou possível ligação dos requisitados na CPI com um suposto esquema de compra de medidas provisórias. Mas, com a presença apenas de senadores que fazem parte da base de apoio ao governo, todos os requerimentos foram rejeitados.

- Rejeitados mais uma vez por unanimidade. Mas só tem governista aqui, fazer o quê? - assinalou o presidente da CPI.

Filho de Lula diz à PF que recebeu valores por serviços contratados

A frase de Ataídes causou estresse aos membros na reunião, que pediram que o senador voltasse a presidir a sessão de forma imparcial.

- O senhor não pode tomar parte nas decisões e tentar induzir o voto dos demais - afirmou Otto Alencar (PSD-BA), pedindo respeito.

Lideranças do governo afirmaram nesta semana que iriam mobilizar forças para impedir as convocações. Senadores pouco assíduos na CPI, como Acir Gurgacz (PDT-RO), vice-líder do bloco de apoio ao governo, marcaram presença na audiência desta manhã.

Fizemos coisas erradas , diz Lula em reunião do PT

O líder do governo no Senado, Delcídio Amaral (PT-MS), que não faz parte da CPI, chegou cedo à reunião, conversou diretamente com os demais parlamentares presentes e permaneceu até a rejeição de todas as convocações.

- O requerimento está sendo apreciado pela terceira vez e sempre foi rejeitado. Não há nenhum fato novo ou indício de ligação de Erenice, Carvalho e Luis Claudio com as investigações da CPI - ressaltou a relatora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ao informar seu posicionamento contrário às convocações.

Moisés Mendes: os parentes suspeitos

A senadora acredita que as convocações por parte de Ataídes possuem caráter político, com intenção de atingir o governo.

- Estamos diante de requerimentos com objetivo político e nenhuma motivação técnica que justifique essas convocações - comentou.

Dilma participa da comemoração dos 70 anos de Lula

O senador Otto Alencar, que se pronunciou contra a convocação de Luis Claudio, condenou em seu discurso a intimação do empresário, filho de Lula, em ação da Polícia Federal às 23 h no dia do aniversário do ex-presidente.

- Estamos diante de uma oposição raivosa que quer atingir a imagem do presidente Lula. Essa convocação tem o único objetivo de macular a imagem do ex-presidente com medo de seu retorno em 2018 - argumentou.

Amigo de Lula nega ter feito repasse de dinheiro a nora de ex-presidente

O colegiado também rejeitou a transferência dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático de Luís Cláudio Lula da Silva, bem como de sua empresa, LFT Marketing Esportivo.

Os senadores da base de apoio ao governo também se posicionaram contra a convocação e quebra de sigilo de Carlos Juliano Ribeiro Nardes, sobrinho do ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), Augusto Nardes.

A empresa Planalto Soluções e Negócios, registrada em nome de Carlos Juliano Nardes, é investigada por envolvimento nas fraudes fiscais. Também há suspeita de envolvimento do ministro. Augusto Nardes foi o ministro do TCU que deu parecer por rejeição das contas da presidenta Dilma Rousseff de 2014.

Blog do Luis Nassif

## **CPI do Carf rejeita convocação de filho e ex-ministros de Lula**

05/11/2015

Por Karine Melo  
Da Agência Brasil

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Senado que investiga irregularidades no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) rejeitou

nesta quinta-feira (5), por unanimidade, requerimentos de autoria do presidente da CPI, senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO), para convocação do filho mais novo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o empresário Luís Cláudio Lula da Silva, e dos ex-ministros Erenice Guerra (Casa Civil) e Gilberto Carvalho (Secretaria-Geral da Presidência da República).

Essa não foi a primeira vez que os três tiveram pedidos de convocação rejeitados pela comissão. Para reapresentar os requerimentos, Ataídes Oliveira disse que a ida dos três poderia esclarecer suspeitas de que uma medida provisória (MP) editada em 2009 no governo do ex-presidente Lula teria sido "comprada" por lobistas para favorecer montadoras de veículos. Esses requerimentos já haviam sido apresentados por mim nesta comissão e rejeitados. Agora, diante dos novos fatos deflagrados pela Operação Zelotes, eu vejo que há uma fratura exposta com relação a esses três convocados", lembrou o senador.

"Estamos diante de requerimentos cujo objetivo é meramente político. Não tem nenhuma ligação com o objeto desta CPI", afirmou a relatora da comissão, senadora Vanessa Grazziotin (PcdoB-AM), apoiada por outros parlamentares da base aliada ao governo.

Além de apresentar argumentos contra a terceira tentativa de convocar Erenice Guerra, a relatora defendeu Gilberto Carvalho e Luís Cláudio. "Acho que está em curso uma grande injustiça. Não há nada que leve ou que sugira que ele [Gilberto Carvalho] tenha cometido algum tipo de crime. Um e-mail de um cidadão vice-presidente de uma entidade que representa todo o setor automobilístico pedindo uma audiência é motivo suficiente para criminalizar alguém? O senhor Luís Cláudio a mesma coisa: proprietário de uma empresa que recebeu por um serviço prestado a um escritório, esse sim um escritório envolvido, mas, por conta do envolvimento de um escritório, nós vamos envolver todos aqueles que tiveram contratos?"

A CPI também rejeitou hoje os pedidos de convocação e de quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico de Juliano Nardes, sobrinho do ministro do Tribunal de Contas da União, Augusto Nardes. Juliano é investigado por suposta participação no processo que envolveu a Rede Brasil Sul (RBS) no **Carf**.

CPI do **Carf**

Hoje em dia On Line - MG

## **Mantega é citado em inquérito da Zelotes como possível envolvido em fraude**

05/11/2015

**Thiago Ricci**

O ex-ministro do Planejamento e da Fazenda, Guido Mantega, foi citado como possível participante do esquema de corrupção no **Carf** (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais), investigado desde o início do ano passado através da Operação Zelotes, pela Polícia Federal. O então todo poderoso da economia do país, no ano passado, foi apontado por investigados pela PF como o responsável por evitar as investigações dos indícios de crime no Conselho.

"No Ministério da Fazenda, a Corregedoria não quis fazer (dar andamento à denúncia sobre as suspeitas de irregularidades no **Carf**) por quê? Por causa do Mantega. O cara da corregedoria fica lá porque o Mantega que colocou", afirma

Alexandre Paes dos Santos, conhecido lobista de Brasília, investigado por intermediar os esquemas de corrupção no Carf.

A afirmação foi interceptada por meio de um grampo realizado pela Polícia Federal, durante uma conversa telefônica no dia 28 de julho de 2014, com o conselheiro do Carf Paulo Roberto Cortez. "O Mantega pode estar envolvido nessa m...", já havia sugerido Santos, pouco antes, na mesma conversa. O conteúdo dos grampos telefônicos foi detalhado (veja fac-símile) em um inquérito da Zelotes protegido por sigredo judicial ao qual o Hoje em Dia teve acesso.

De fato, o corregedor-geral da Fazenda foi indicado por Mantega, então comandante da Pasta. Aliás, foi o próprio ex-ministro que criou a Corregedoria-Geral, em junho de 2013, com o intuito justamente de "fortalecer as ações de prevenção à corrupção, bem como apurar todos os possíveis desvios de conduta cometidos por servidores vinculados ao órgão". Era o caso do Carf, instituição ligada à Fazenda.

No entanto, a assessoria de Mantega ressalta que o nome indicado por ele passou pela anuência da Controladoria-Geral da União. "A corregedoria foi criada por ele e tinha ampla liberdade e autonomia para investigar qualquer tipo de denúncia. Não era o ministro quem determinava as investigações", disse. Os porta-vozes do ex-ministro também garantiram que Santos e Cortez são desconhecidos. "Evidentemente ninguém tem controle do que terceiros possam falar em seu nome. E Mantega repudia qualquer insinuação por conduta antiética envolvendo seu nome".

#### Rombo bilionário

A Zelotes investiga desde o início de 2014 esquema de corrupção no Carf, órgão vinculado à Fazenda que julga recursos de autuações fiscais - várias delas bilionárias. Segundo a Polícia Federal, os atos criminosos podem ter causado um rombo de R\$ 19 bilhões ao erário, o que representaria um dano financeiro público nove vezes maior do que o gerado pela "Lava Jato". Segundo a Receita, 105 mil processos fiscais totalizam R\$ 520 bilhões em sanções com a Fazenda.